

---

# ponencia "PRIMER ELBRIT"

---

RICARDO GOMES LIMA

## **BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS: SIGNIFICADOS E CONTEXTOS**

Esta comunicação versa sobre brinquedos artesanais e brincadeiras tradicionais no Estado do Rio de Janeiro, procurando sublinhar alguns pontos que me parecem relevantes para aqueles que abordam o universo da lúdica infantil, quer como agentes culturais que buscam a realização de atividades com crianças, quer como pesquisadores que objetivam o conhecimento e a releção sobre esse campo.

O universo da lúdica infantil, compreendendo brinquedos e brincadeiras tradicionais, tem

expressão no Estado do Rio de Janeiro, de forma similar àquelas verificadas em todo o país, guardadas especificidades tais como diversidade de meio-ambiente (áreas rurais e urbanas) e diferenciação sócio-econômica dos estratos que compõem a população.

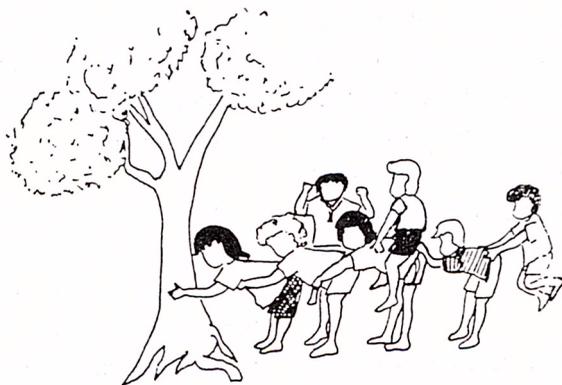
Por todo território fluminense, crianças, isoladamente ou em grupo, empinan pipa, jogam futebol, brincam de roda, de pique, com bonecas e carrinhos. Dependendo da época do ano, deparamo-nos com brincadeiras e brinquedos diferentes

pois muitos deles, cíclicos, obedecem a uma sazonalidades ainda não suficientemente esclarecida. Jogar queimado, pular elástico ou amarelinha, brincar de cabracega, carniça, bola de gude, pião, batatinha frita, estátua ou abobrinha dependem de um tempo anual que flui e reflui, desafiando a nós, adultos e analistas do social, e a nossa capacidade de explicar sua intermitência.

As ações que se voltam para esse universo, objetivando fomentar junto à criança o uso de brinquedos artesanais e a prática de brincadeiras tradicionais, por supô-los em desaparecimento, têm ocorrência em espaços físicos os mais variados: praças e vias públicas, terrenos baldios, praias, escolas, clubes sociais

e igrejas, e são implementadas a partir da iniciativa de grupos, organizações e instituições também diversos.

As escolas recorrem a esse repertório, em especial no mês de Agosto por ocasião das comemorações do Dia do Folclore, realizando apresentações sob orientação principalmente de professores de educação artística e física; grupos de diferentes Igrejas organizam jogos e brincadeiras, especialmente nos fins de semana, como mecanismo de integração das turmas de iniciação às doutrinas religiosas; animadores culturais e técnicos em recreação consagram a prática de, nos finais de semana e em colônias de férias, constituir grupos para jogos e brincadeiras em clubes, praias e praças.



Não pretendendo menosprezar a importância que ações desse tipo venham alcançar -e que só um processo contínuo de avaliação pode medir- chamo atenção para a necessidade de não virmos a confundir “alhos com bugalhos”, isto é, brincadeiras que resultam do livre arbítrio de crianças com atividades organizadas por adultos que, mesmolidando com o brincar artesanal e as brincadeiras tradicionais, não perdem o caráter formal, direcionado, pré-concebido e portanto distante da espontaneidade caracterizadora do lúdico infantil.

Insisto também na necessidade de verificação mais aprofundada dessas ações, vistas como mecanismo de defesa desse universo. Será que estamos tendo sucesso em preservar os brinquedos artesanais e as brincadeiras tradicionais, ao reviver sua prática em atividades como as acima relacionadas, se não levamos em conta outros fatores que estruturam a realidade onde a criança se forma e se expressa?

Questões como estas, creio, deverão ser consideradas neste I ELBRIT, para que não incorramos no erro de uma visão fragmentada,

segundo a qual a criança seria constituída apenas da capacidade lúdica que, sem dúvida alguma, lhe é imanente.

Com já foi apontado neste Encontro, hoje convivemos com a terceira geração nascida nas ruas do rio de Janeiro, quadro desolador que exige medidas urgentes para sua reversão. Na busca de soluções para os problemas que afligem a sociedade brasileira como um todo, onde se situa a questão do menor, em especial do menor carente, abandonado, pesquisadores sociais dirigem atenção à análise das condições de vida dos contingentes pobres da sociedade e às estratégias de sobrevivência das populações menos favorecidas. Neste sentido, questiona-se mesmo a existência da infância, categoria historicamente construída, no sentido em que a criança, enquanto portador de direitos e individualidade, é fenômeno recente na história da humanidade.

Sabe-se que na Idade Média européia (Ariès, 1978), por compartilhar com os adultos todas as atividades da vida social, a criança era tratada com se fosse um deles. A família, extensa, não tinha por função

o desenvolvimento de laços afetivos entre seus membros e seu compromisso era com a transmissão dos saberes e ofícios que garantiam a continuidade do grupo e de seus bens materiais. As casas eram contruídas sem corredores de passagem, e a circulação das pessoas era feita por todos os cômodos indistintamente, o que impedia a privacidade. Não havia a idéia de educação e, conseqüentemente, inexistia a escola como uma instituição de formação do indivíduo e de transmissão de conhecimento. Nos centros urbanos, a rua era o espaço das atividades sociais. Nela, todos se misturavam e era nesse meio que a criança adquiria vivência e construía sua identidade.

Com o advento da Idade Moderna são forjados novos valores. Ligada aos ideais de liberdade e igualdade cristaliza-se a noção de individualidade, que passa a ter extrema importância. Nesse quadro de transformações, a burguesia nascente opera uma visão diferenciada de família. Os grupos familiares são nucleados e

modificam-se os papéis de seus membros. A formação e a educação da criança tornam-se vitais e ela passa a ser o centro das atenções familiares. A instrução é colocada como alicerce da construção e da perpetuação da família burguesa. A criança já não é mais parte do mundo adulto mas integra um outro universo - a infância - de preparação para a vida adulta.

No Brasil de hoje, sociedade complexa com múltiplas realidades, podemos supor diferenças na maneira como a família se estrutura e, conseqüentemente, na posição que a criança ocupa nesse grupo social específico e na sociedade como um todo.

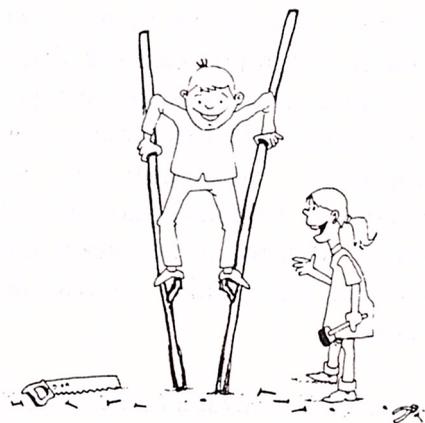
Pesquisa realizada no Rio de Janeiro (1), na década de 1980, com dois universos diferenciados: famílias de classe média da zona sul da cidade e famílias de baixa renda da periferia urbana, aponta para diferenças marcantes na maneira como a infância é representada e vivenciada.

---

1 Refiro-me à pesquisa de Carla Fernanda Pereira Barros, A Representação Social da Infância, noticiada na Revista de Domingo, do Jornal do Brasil, 1985.

Junto às camadas médias, as famílias são nucleares e têm poucos filhos. A criança tem um papel de destaque, ocupando posição especial. Isto significa, dentre outras coisas, dar-lhe um espaço que propicie, de acordo com os valores de seu grupo social, um melhor crescimento e desenvolvimento. É grande a preocupação com a escolha da moradia, preferencialmente localizada em áreas privilegiadas. Nela, a criança tem seu próprio quarto, espaço que lhe é reservado e onde concentra seus objetos de uso pessoal. Aí recebe os amigos, lê, estuda, ouve música, assiste televisão, joga video games e outros jogos eletrônicos.

À medida em que, para a família de classe média, a formação da



criança é fator fundamental, a escola é um dado importantíssimo. A criança é individualizada e tem seu universo marcado e diferenciado dos adultos. Suas atividades são organizadas em função de ser um indivíduo em preparo para a maioridade. Assim, seu cotidiano gira em torno da escola, do curso de inglês, da aula de dança e do esporte.

Já o que preside a visão de mundo das populações de periferia é a noção de sociabilidade, inverso da privacidade. Parentes e vizinhos se visitam, contactam-se e vêem-se com frequência. Nessas famílias, a coabitação permanente de um casal (pai e mãe) não é um valor dominante. Pelo contrário, os homens quase sempre estão fora do lar e não existe uma fixação individualizada dos papéis familiares tão forte quanto nas camadas médias da sociedade. Uma criança pode passar por vários lares, que são frequentemente reconstruídos, pois são comuns as separações e os abandonos, tanto pelo pai quanto pela mãe. Desse modo, a figura materna, um dos elementos centrais na definição da unidade familiar de classe média, assume uma outra importância junto ao segmento de baixa renda analisado. Nesse,

outras pessoas do convívio da criança podem assumir esse papel, como a parteira, a mãe de leite, a mãe de santo - pessoa que ocupa posição de liderança nas religiões de tradição afro-brasileira - a avó, uma irmã mais velha ou outra parenta.

Em Austin a localidade de periferia investigada, o processo de individualização de uma criança não passa pela escola, instituição pouco freqüentada e considerada como fator não importante para a construção de sua identidade. A criança socializa-se informalmente, a partir das relações com a família, como o grupo de vizinhança, com os adultos na rua, já que os intermediários escolares não são tão fortes como nos segmentos de classe média.

A dicotomia observada no primeiro grupo, que segrega crianças e adultos em esferas distintas da realidade, não se faz presente junto à população da periferia e a criança participa ativamente do mundo adulto. Encarregar-se de tarefas domésticas, cuidar de irmãos menores, participar na discussão dos problemas familiares, e até mesmo contribuir para o orçamento da família, trabalhando fora, são

indicadores que sinalizam para a existência de uma noção particularizada de infância. A criança torna-se, assim, um pequeno adulto e seu aprendizado de vida, guardadas as especificidades de contextos sociais diferenciados, lembra a situação da Idade Média européia.

Por conseguinte, não há como falar de brinquedos, jogos ou brincadeiras tradicionais de modo geral, frente a situações de vida infantil tão distintas. Torna-se necessário investigar cada realidade, analisar cada contexto específico para aprender o significado das formas utilizadas pelas crianças para, relacionando-se entre si, relacionar-se com o mundo em sua totalidade.

Com relação a pesquisas de caráter acadêmico, quer sejam de natureza sociológica, antropológica, folclórica ou de áreas correlatas que estejam investigando especificamente os brinquedos artesanais e as brincadeiras infantis, não me foi possível identificar nenhuma em curso, na atualidade, no Rio de Janeiro.

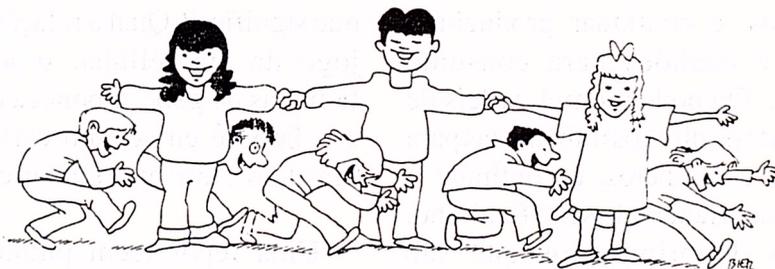
Consulta realizada na Biblioteca Amadeu Amaral (CFCP/IBAC),

detentora do maior acervo bibliográfico especializado em folclore e cultura popular no país, revela a existência de menos de duas dezenas de títulos, escritos ao longo do tempo, sobre o tema em questão.

A análise desses trabalhos revela que, em sua maioria, procedem a uma etnografia da produção de brinquedos artesanais, umas melhor executadas que outras, e ao registro das brincadeiras existentes, suas formas, variantes e regras de brincar. São documentos de processos artesanais de confecção de brinquedos, circuitos de comercialização e consumo, bem como de brincadeiras, geralmente classificadas em masculinas ou femininas, individuais ou grupais, estáticas ou dinâmicas. A análise do conteúdo - social, cultural, simbólico - dessas manifestações de cultura é

ainda pouco desenvolvida.

Acredito que é o momento de nos debruçarmos mais detidamente sobre os brinquedos e as brincadeiras e, assim como as crianças que, curiosas, desmontam o carrinho movido a pilha e a boneca que anda, no intuito de descobrir o mecanismo que lhes dá movimento desvendando a mágica, é chegada a hora de “anatomicamente” analisarmos cada brinquedo, cada brincadeira, elucidando seu significado real no contexto da vida social. Realizar aquilo que o antropólogo José Jorge de Carvalho (1990) magistralmente alcançou ao revelar que no jogo das bolinhas de gude, além da diversidade de modalidades para se jogar, do estabelecimento de regras variadas, do desenvolvimento bio-psico-motor de menino, existe uma performance infantil que se constitui num



comportamento simbólico da masculinidade, tratando-se o jogo, por conseguinte, de um mecanismo de definição de gênero no Brasil.

Como afirmou Oliveira (1986:9), o brinquedo “é instrumento ímpar para se captarem aspectos peculiares do modo pelo qual a sociedade é pensada, reproduzida, figurada, representada simbolicamente”

Já em outra ocasião (Heye, Lima & Baumann, 1980), admiti que cada cultura transmite seus valores e idéias a crianças e, muitas vezes, os brinquedos são a representação e o veículo desse ethos. De sua análise podem-se depreender valores que são dominantes em uma cultura, de uma maneira mais direta do que no discurso formulado pelos adultos a cerca da sua sociedade. Uma nação pode, por exemplo proclamar-se neutra e anti-guerra, em textos e discursos, e continuar produzindo armas e canhões para consumo infantil. Ou pode promulgar leis de igualdade de direitos trabalhistas para homens e mulheres, e continuar a estimular crianças do sexo feminino, através de brinquedos que são miniaturas de objetos domésticos, a pensar em si mesmas e em seu papel

futuro como desenrolando-se exclusivamente no âmbito familiar e doméstico, como mães, esposas e donas de casa.

Sugiro pois que, a partir das etnografias já realizadas, avancemos no sentido de buscar desvendar e explicitar com clareza os significados, sejam eles sociológicos, antropológicos, culturais, intelectuais, psicológicos, enfim, os múltiplos significados que se expressam através de brinquedos e brincadeiras tradicionais particulares e concretas.

Ainda ligado a essa questão, um outro ponto merece ser comentado. Dizemos hoje que a lúdica infantil expressa nossos valores culturais, nossa identidade. É necessário que tornemos mais claro este enunciado. Que lhe atribuíamos substância, que o façamos concreto, real. Afinal, o que significa? Qual a relação entre o jogo da amarelinha, o jogo das bolinhas de gude, a boneca de pano, e o fato de eu ser um carioca, um brasileiro, um latino-americano?

Uma reportagem publicada no Jornal do Brasil, em 31/01/88, registra que:

“Acabou-se o que era doce, quem brincou se arregalou-se. O cidadão que optou por residir na urbanidade pode dar adeus à bela morena que no Tororó deixou. O passaraio não passa mais, pois tanto pobres de marré marré marré como ricos de marré de si a cada geração esquecem alguns itens da longa lista de jogos e brincadeiras infantis, que por séculos afoguearam as bochechas de nossos avós.

Afinal, não há mesmo condição de jogar bola de gude no asfalto. As Lojas Americanas não vendem pião. Cadê espaço para irmos todos cirandar, dar a meia volta e volta a meia dar? Nas áreas de serviços dos apartamentos não tem. Os vizinhos reclamam quando o barulho dos jogos sobe das garagens. Na rua não passa gavião, mas todo mundo passa: carro desembestado, traficante, pivete, tarado. Melhor ficar em casa vendo televisão.”



O lúgubre diagnóstico apontado pela matéria será correto? Felizmente não, e é a própria reportagem que ao prosseguir, nos fornece elementos para perceber que, em Copacabana, um dos bairros mais populosos e urbanizados da cidade do Rio de Janeiro, crianças de classe média, sufocadas em apartamentos, driblam dificuldades e proibições e, nos corredores e garagens dos edifícios, nos poucos parques e praças existentes, na praia, brincam de pique tá, pique bola, pique ajuda, pique fruta, pique esconde e uma série de outros piques e brincadeiras mais.

É verdade que muitas brincadeiras estão desaparecendo. No entanto, quantas outras não estarão surgindo a cada momento, afogando as bochechas dos netinhos de agora, e o tempo as consagrará, tornando-as tradicionais e identificadoras de um segmento social, um país, um continente? Afinal, o homo é ludens e essa característica nos dá a certeza de que o universo será sempre fantasiado, simbolizado, representado por meio de atitudes, gestos, ações e intenções que, por trás da aparência lúdica, escondem o verdadeiro sentido da vida.

## Bibliografia

ARIES, Philippe.

História social da criança e da família. Trad. de D. Flaksman. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

CARVALHO, José Jorge de.

“O jogo das bolinhas. Uma simbólica da masculinidade.” Anuário Antropológico 87. Brasília - UNB, Rio de Janeiro - Tempo Brasileiro, 1990.

HEYE, Ana M., LIMA, Ricardo G. & BAUMANN, Tereza de B.

Museu da Infância - projeto. Rio de Janeiro, 1980 (datilogr.).

OLIVEIRA, Paulo de Salles.

Brinquedo e indústria cultural. Petrópolis, Vozes, 1986. ■

